




CAPÍTULO 5

DIREITO DE SER E VIVER NA EDUCAÇÃO INFANTIL

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.706112520085>

Fernanda Galvão Jules Barbosa

Sylvia Benyanna Sampaio da Costa

RESUMO: Este artigo tem como objeto de pesquisa o direito de ser e viver na Educação Infantil, enfatizando a valorização da individualidade e o combate ao preconceito como elementos essenciais para a formação integral das crianças desde os primeiros anos escolares. O objetivo geral é analisar como esse direito pode ser garantido na Educação Infantil, promovendo ambientes inclusivos e respeitosos que valorizem as singularidades infantis. Como objetivos específicos, busca-se: reconhecer as necessidades educacionais que asseguram a livre expressão das crianças; compreender o papel das práticas pedagógicas inclusivas no fortalecimento da identidade e da convivência social; e analisar a importância da formação ética e afetiva dos educadores na promoção de um espaço escolar acolhedor e democrático. A metodologia aplicada consiste em pesquisa qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, que possibilita a reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e políticas públicas relacionadas à Educação Infantil. O estudo dialoga com autores-chave como Paulo Freire (1996), que destaca a importância do educador como agente de transformação; Newton Duarte (2007), que aborda a construção da individualidade na infância; e Maria Teresa Mantoan (2003), referência em práticas inclusivas. Além disso, fundamenta-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), que orienta o desenvolvimento da Educação Infantil no país. Espera-se que esta pesquisa contribua para o fortalecimento da valorização do direito de ser e viver na infância, incentivando educadores e gestores a adotarem práticas pedagógicas inclusivas que promovam o respeito à diversidade e a formação de uma sociedade mais justa, ética e democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Direitos humanos; Valores.

RIGHT TO BE AND LIVE IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

ABSTRACT : This article investigates the right to be and live in Early Childhood Education, emphasizing the appreciation of individuality and the fight against prejudice as essential elements for the holistic development of children from their earliest school years. The general objective is to analyze how this right can be guaranteed in Early Childhood Education by promoting inclusive and respectful environments that value children's uniqueness. The specific objectives are to recognize educational needs that ensure children's free expression; understand the role of inclusive pedagogical practices in strengthening identity and social coexistence; and analyze the importance of ethical and affective educator training in fostering a welcoming and democratic school environment. The applied methodology consists of qualitative research based on bibliographic review and documentary analysis, enabling critical reflection on pedagogical practices and public policies related to Early Childhood Education. This study engages with key authors such as Paulo Freire (1996), who highlights the educator's role as an agent of transformation; Newton Duarte (2007), who addresses the construction of individuality in childhood; and Maria Teresa Mantoan (2003), a reference in inclusive practices. It is also grounded in the National Guidelines and Framework Law for Education (Brazil, 1996), which guides Early Childhood Education development in the country. It is expected that this research will contribute to strengthening the appreciation of the right to be and live in childhood, encouraging educators and administrators to adopt inclusive pedagogical practices that promote respect for diversity and the formation of a more just, ethical, and democratic society.

KEYWORDS: Early Childhood Education; Human Rights; Values.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil representa um dos primeiros contextos formais de socialização, aprendizagem e formação de valores na vida de uma criança. Neste ambiente, o direito de ser e viver em sua integralidade adquire uma dimensão essencial, onde a criança inicia a construção de seus valores e saberes, visto que, é durante essa fase elementar, que as identidades e valores são adquiridos e que irão nortear o futuro cidadão. Neste sentido, a escola possui uma função não apenas de escolarização, mas também de promoção do respeito à diversidade, de combate as práticas de discriminação e estereótipos que permeiam a sociedade.

A justificativa para este estudo está na relevância de compreender e promover práticas educativas que respeitem a individualidade e a diversidade das crianças, garantindo o direito de serem vistas e acolhidas em sua singularidade. A escola desempenha um papel fundamental não apenas na escolarização, mas também na promoção do respeito à diversidade e no combate às práticas de discriminação e estereótipos que permeiam a sociedade.

Diante disso, o problema que orienta a pesquisa é: como garantir, na Educação Infantil, o direito de ser e viver de cada criança, respeitando sua individualidade e promovendo uma educação inclusiva e transformadora?

O presente artigo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica qualitativa e tem como objetivo geral compreender como o “direito de ser e viver”, na primeira infância, é primordial para a garantia dos direitos da criança e para a sua formação integral. Os objetivos específicos são: reconhecer as necessidades educacionais que asseguram a livre expressão das crianças; compreender o papel das práticas pedagógicas inclusivas no fortalecimento da identidade e da convivência saudável; e analisar a importância da formação ética e afetiva dos educadores na promoção de um ambiente escolar democrático e humanizado.

Para atingir esses objetivos, adotou-se uma metodologia qualitativa, baseada na análise bibliográfica e documental de autores e legislações relevantes, além da reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas vigentes na Educação Infantil.

A educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das crianças, não apenas no âmbito cognitivo, mas também na formação de valores que vão perdurar ao longo de suas vidas. Nesse contexto, as práticas pedagógicas inclusivas tornam-se essenciais para garantir que todas as crianças, independentemente de suas diferenças culturais, étnicas, sociais ou físicas, tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeite e valorize sua individualidade.

Parte-se do princípio de que garantir o “direito de ser e viver” na infância é essencial para promover uma educação transformadora, que estimule o respeito, a liberdade de expressão e a convivência saudável entre as diferenças, bem como a interação, a afetividade e não aquela educação que engessa as transformações e neoformações psíquicas dos indivíduos.

Este trabalho está organizado em capítulos que abordam, inicialmente, o referencial teórico sobre direitos da criança, inclusão e diversidade; em seguida, a análise das práticas educativas e políticas públicas; e, por fim, as considerações finais com sugestões para o aprimoramento das práticas pedagógicas.

Essa análise permite compreender que a primeira infância é o momento mais propício para a construção de vínculos afetivos, para o fortalecimento da autoestima

e para o desenvolvimento de competências sociais que acompanham o sujeito ao longo de sua vida. Quando a criança é acolhida em sua totalidade e respeitada em sua singularidade, abre-se espaço para uma educação mais humanizada, democrática e transformadora, onde o aprender está profundamente ligado ao conviver.

A reflexão sobre o direito de ser e viver na Educação Infantil evidencia a necessidade de repensarmos a escola como um espaço de acolhimento, diversidade e respeito. Reconhecer a criança como sujeito de direitos, com voz ativa, identidade própria e capacidade de interagir e transformar o meio em que vive, é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A promoção de práticas pedagógicas inclusivas, a formação ética dos educadores e o compromisso com a afetividade no processo educativo são aspectos centrais para garantir que a infância seja vivida de forma plena, respeitosa e significativa.

A educação que acolhe, escuta e valoriza as diferenças é também aquela que forma cidadãos mais sensíveis às questões sociais, mais abertos ao diálogo e mais conscientes de seu papel na coletividade. Assim, o trabalho com valores morais e éticos na infância não se restringe ao conteúdo escolar, mas deve perpassar todas as relações e experiências vividas no ambiente educativo. Como destaca Wallon (1975, p.107), “A criança é essencialmente um ser social. Desde o início, sua afetividade é moldada pelas relações que estabelece com o meio e com os outros. O meio social não é um simples cenário para o desenvolvimento; é uma de suas condições essenciais.”. Dessa forma, garantir o direito de ser e viver na Educação Infantil é também garantir o direito a um futuro mais humano, empático e democrático.

Espera-se que esta pesquisa contribua para fortalecer a compreensão e a valorização do direito de ser e viver na Educação Infantil, inspirando educadores, gestores e formuladores de políticas a promoverem espaços escolares mais inclusivos, éticos e sensíveis às singularidades das crianças, colaborando para a construção de uma sociedade mais justa, humana e democrática.

A EDUCAÇÃO INFANTIL E OS VALORES HUMANOS

A infância é um período marcado por descobertas, aprendizado e formação da identidade. Nesse processo, a educação infantil torna-se um dos primeiros espaços formais onde a criança tem a oportunidade de se conhecer e ser reconhecida como um ser singular, com direitos, deveres e, sobretudo, uma identidade única. Ao considerarmos o “direito de ser e viver”, compreendemos que, na educação infantil, esse direito transcende o simples acesso à educação, englobando o acolhimento pleno e o respeito a cada criança, independente de sua origem, etnia, gênero ou condição social.

Esse princípio, encontra respaldo em marcos legais importantes, como a Constituição Federal de 1988, que assegura o direito à educação como direito fundamental, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que em seu Artigo 53 reafirma o direito da criança de ser “respeitada em sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (Brasil, 1990). Este respeito implica não apenas o reconhecimento da diversidade, mas também sua valorização no espaço escolar. Afinal, como reflete Paulo Freire, “não é possível respeitar o outro, o diferente, se não respeito a mim mesmo” (Freire, 1996, p. 35). Para que a educação infantil seja realmente inclusiva, é necessário que ela seja construída em torno de práticas que promovam o respeito e a aceitação das diferenças, fomentando um ambiente seguro para o desenvolvimento integral da criança.

Compreender o “direito de ser e viver” é entender que as crianças têm o direito de serem autênticas, de expressarem suas culturas, e de se relacionarem em um ambiente que acolha suas particularidades. Na educação infantil, isso significa ir além de uma abordagem pedagógica que apenas “tolera” a diversidade. É preciso celebrar essa diversidade como parte essencial da formação humana. A escola, nesse sentido, torna-se um espaço central de socialização, onde a convivência com o outro permite à criança perceber a riqueza nas diferentes formas de ser e viver. Conforme afirma Vygotsky (2008), o desenvolvimento humano é um processo social e coletivo, no qual a interação é essencial para a construção do conhecimento e da identidade. Ao criar espaços inclusivos na educação infantil, oferecemos às crianças a oportunidade de aprender sobre as diferenças como algo natural e positivo, desenvolvendo respeito e empatia desde os primeiros anos.

No entanto, muitas vezes, o sistema escolar enfrenta desafios em superar preconceitos e estigmas que podem estar enraizados na sociedade e, inconscientemente, refletidos em práticas pedagógicas. Estudos mostram que, em ambientes onde há um olhar cuidadoso e uma postura ativa contra qualquer forma de discriminação, as crianças desenvolvem maior empatia e sensibilidade para as diferenças (Mantoan, 2003). A promoção de um ambiente inclusivo e acolhedor, portanto, não se limita à adoção de diretrizes formais; é uma prática diária que envolve a construção de um espaço que encoraje as crianças a se expressarem, a se sentirem seguras em suas identidades e a compreenderem que o respeito às diferenças é parte fundamental da vida em sociedade.

O direito de ser e viver na educação infantil envolve uma educação que, além de oferecer conteúdos acadêmicos, promove valores e uma prática pedagógica baseada na humanização e na dignidade. A construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo exige que os educadores estejam preparados e comprometidos em observar cada criança em sua totalidade, considerando suas necessidades individuais, seus contextos familiares e suas culturas. Segundo Tardif

(2014, p. 35), “a identidade do indivíduo não é algo estático, mas se forma nas interações que estabelecemos com o mundo e com o outro”. O papel do educador, assim, é ir além da transmissão de conhecimento, atuando como mediador e facilitador do desenvolvimento de cada criança em um ambiente seguro e inclusivo.

Ainda que as diretrizes legais ofereçam um suporte importante, é nas práticas pedagógicas e nas interações diárias que o direito de ser e viver realmente se concretiza. Por isso, é necessário que as instituições de educação infantil promovam uma formação continuada para seus educadores, conscientizando-os sobre a importância de acolher e valorizar as diferenças. É preciso que o educador seja sensível e aberto, como sugere Freire (1996, p.25), para enxergar o aluno como um ser único, com vivências e perspectivas que enriquecem o processo educativo. Essa prática de escuta ativa e respeito mútuo favorece a construção de um ambiente de confiança e autonomia, no qual as crianças se sentem respeitadas e seguras para explorar o mundo ao seu redor.

Quando falamos de garantir o “direito de ser e viver” na educação infantil, falamos também da construção de uma sociedade onde a diversidade é compreendida como uma riqueza. Nesse sentido, Mantoan (2003) ressalta que a inclusão não é apenas uma questão de presença, mas de pertencimento. As crianças, especialmente as que pertencem a grupos historicamente marginalizados, precisam sentir que a escola é um espaço que valoriza sua história e identidade.

Dessa forma, é fundamental que práticas educativas envolvam atividades e conteúdos que permitam a expressão da pluralidade cultural, a fim de fortalecer o sentimento de pertencimento e identidade em cada criança.

A educação infantil, então, pode ser vista como um espaço de direitos, onde a criança não é um sujeito passivo, mas uma participante ativa na construção de sua identidade e cidadania. Adotar uma prática inclusiva significa, em última instância, investir em um ambiente que reconheça o direito da criança de ser quem ela é, com suas potencialidades e limitações. Esse direito não se limita ao respeito superficial, mas exige uma compreensão profunda da criança em suas múltiplas dimensões. Como propõe Freire (1996, p.25), a educação deve ser um ato de amor e coragem, um encontro em que cada criança possa sentir-se segura para explorar, experimentar e construir seu próprio lugar no mundo.

Em suma, o direito de ser e viver na educação infantil deve ser entendido como um compromisso da escola com a formação integral de cada criança, assegurando que ela seja respeitada em sua totalidade e que suas diferenças sejam acolhidas como parte da riqueza do coletivo. É no acolhimento dessa diversidade que a escola cumpre seu papel como um espaço democrático, inclusivo e verdadeiramente formador. Para que essa visão seja realidade, é imprescindível que educadores e

gestores estejam atentos a práticas que humanizem a educação, permitindo que cada criança se sinta livre para ser quem é, vivendo plenamente suas experiências e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e plural.

O COMBATE AO PRECONCEITO E FORMAÇÃO DE VALORES

A educação infantil, ao ocupar uma posição fundamental no desenvolvimento das crianças, tem o poder de moldar a forma como elas percebem e interagem com o mundo à sua volta. Nesse contexto, a educação não é apenas um espaço de aprendizagem acadêmica, mas também um espaço de formação moral e ética, onde valores de igualdade, respeito e empatia devem ser cultivados.

A questão do preconceito, frequentemente gerado por estereótipos e atitudes discriminatórias presentes na sociedade, pode ser combatida desde os primeiros anos de vida, quando as crianças ainda estão em um processo de construção de identidade e valores que são permeados por questões familiares e de acordo com a individualidade de cada um.

Assim, como é fundamental observar a criança na sua totalidade, é de suma importância, que todos os educadores tenham um olhar sensível para atender as necessidades individuais das crianças respeitando e acolhendo com afeto.

No caso da individualidade, temos como um princípio básico de nossa teoria o de que o indivíduo só se desenvolve plenamente quando ele, a partir da individualidade em- si, forma sua individualidade para-si. Já não se trata mais, então, de uma individualidade assumida espontaneamente, mas sim de uma individualidade em constante e consciente processo de construção (Duarte, 2007, p.79).

Todo ser humano pode ser considerado como um ser histórico-social, que passa incansavelmente por transformações em todos os aspectos, e, portanto, é imprescindível vê-lo além do que ele nos demonstra, em relação ao seu vir-a-ser e estar, enquanto humano e suas particularidades em todos os aspectos formativos. Observa-se que os preconceitos implícitos e explícitos refletidos no ambiente escolar é proveniente do ambiente familiar e social em que essa criança está inserida, entretanto é no ambiente escolar que temos a oportunidade de transformar positivamente esse paradigma social.

Embora as crianças ainda não tenham preconceitos explícitos, elas estão constantemente expostas a influências externas que podem modificar suas atitudes e crenças. Durante a infância, as crianças são naturalmente abertas e receptivas às diferenças, sem os julgamentos rígidos que marcam as atitudes adultas. Como Mantoan (2003, p. 41) aponta, “as crianças não nascem com preconceitos; elas observam o mundo com curiosidade, sem as barreiras do julgamento que surgem

com o tempo, à medida que a cultura social lhes ensina a discriminar”. Esse caráter espontâneo e amável da infância pode ser preservado e até fortalecido através de práticas pedagógicas que promovem o respeito pela diversidade e combatem as desigualdades.

Freire, um dos grandes defensores da educação como um meio de transformação social, afirma que a educação deve ser entendida como um processo de libertação, onde o educador se compromete com a formação de cidadãos críticos e solidários.

Em sua obra *Pedagogia da autonomia*, Freire (1996, p. 39) afirma: “A educação como prática da liberdade deve ser uma ação que liberta os sujeitos do opressor, promovendo uma aprendizagem que os torne aptos a construir um mundo mais justo”. Nesse sentido, a escola não deve apenas ser um lugar de instrução, mas também de formação de valores que combatam o preconceito e a discriminação, valores estes que são centrais para a construção de uma sociedade democrática e plural.

Além disso, é importante destacar que o preconceito, embora presente na sociedade de forma explícita ou implícita, não é algo que se origina nas crianças, mas sim nas estruturas sociais em que elas estão inseridas. Segundo Lev Vygotsky, o desenvolvimento cognitivo da criança ocorre a partir das interações sociais, sendo, portanto, diretamente influenciado pelo ambiente cultural e social.

Vygotsky (2008, p. 88) destaca que “o ambiente social e cultural tem um papel decisivo no processo de desenvolvimento da criança, pois é nele que ela constrói seu entendimento sobre o mundo e sobre o outro”. Dessa forma, é responsabilidade da educação infantil criar um ambiente que favoreça a aprendizagem de valores de respeito, igualdade e empatia, para que as crianças possam formar suas percepções e atitudes de maneira inclusiva, sem as barreiras do preconceito que a sociedade frequentemente impõe.

O combate ao preconceito na educação infantil envolve, portanto, uma ação consciente por parte dos educadores. Eles devem ser mediadores ativos no processo de formação de valores, promovendo atividades e práticas pedagógicas que incentivem as crianças a respeitar e valorizar as diferenças. Tais práticas pedagógicas devem focar no reconhecimento da diversidade como uma característica positiva e enriquecedora, e não como algo a ser temido ou rejeitado. Segundo Freire (1996, p. 43), “a verdadeira educação se dá quando o educador e o educando dialogam e, juntos, transformam a realidade, aprendendo a viver em comunidade e respeitar as diferenças”.

É essencial que os educadores compreendam o papel fundamental que desempenham no combate ao preconceito. Ao ensinar valores de respeito, empatia e igualdade, eles estão formando cidadãos críticos, capazes de identificar as injustiças e de atuar em sua superação. Atividades como a resolução de conflitos de maneira

colaborativa, o trabalho em equipe e a troca de experiências entre as crianças são formas eficientes de incentivar a convivência saudável e o reconhecimento das diferenças. Tais práticas promovem um ambiente onde as crianças aprendem a ver o outro como alguém digno de respeito, independentemente de suas origens, etnia, gênero ou condições sociais.

Além disso, ao trabalhar a diversidade, a escola desempenha um papel importante na formação da identidade das crianças. Como afirma Mantoan (2003, p. 52), “a inclusão e o respeito às diferenças não significam apenas uma convivência pacífica, mas também a

valorização das singularidades de cada indivíduo, reconhecendo que essas diferenças enriquecem o grupo e contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa”. A educação infantil, ao promover essa valorização da diversidade, ajuda as crianças a desenvolverem uma autoestima positiva e a se posicionarem de maneira ética e inclusiva perante o mundo.

Para que o combate ao preconceito seja efetivo, é necessário que os educadores adotem uma postura ativa e reflexiva, reconhecendo seus próprios preconceitos e estereótipos, para que possam ser verdadeiros mediadores no processo de ensino e aprendizagem. A prática pedagógica inclusiva deve ser uma prática constante, que envolve não só a teoria, mas a vivência diária das crianças. Como defende Mantoan (2003, p. 58), “o educador precisa ser exemplo de respeito, de acolhimento e de enfrentamento das desigualdades, para que suas atitudes sirvam de modelo para as crianças”.

Desse modo, é essencial que as práticas pedagógicas sejam adaptadas para garantir que todas as crianças, independentemente de suas diferenças, tenham acesso a uma educação de qualidade. Isso significa que o currículo e as atividades devem ser planejados de forma a contemplar as necessidades de cada criança, respeitando suas particularidades e proporcionando um ambiente de aprendizagem que favoreça o desenvolvimento pleno e a convivência democrática.

Em síntese, a educação infantil é um espaço privilegiado para o combate ao preconceito e a promoção de valores de igualdade, respeito e empatia. Por meio de práticas pedagógicas inclusivas e da atuação consciente dos educadores, é possível cultivar uma geração de crianças que respeitam a diversidade e que compreendem o valor da convivência harmoniosa e solidária. A educação infantil, portanto, não deve ser vista apenas como um meio para o aprendizado formal, mas como uma ferramenta poderosa na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O PAPEL DO EDUCADOR NA CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE QUE COMBATE OS PRECONCEITOS

O professor tem como função elementar na formação de cidadãos conscientes e críticos, capazes de entender e respeitar a diversidade em todas as suas formas. No contexto educacional, a escola não é apenas um lugar de aquisição de conhecimento técnico e pedagógico, mas também um espaço fundamental para o desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos que orientam as relações humanas.

O docente é, antes de tudo, um mediador das relações sociais dentro da sala de aula e, por consequência, um agente transformador. Sua função vai além da transmissão de conhecimento técnico ou pedagógico: ele é responsável por formar valores e atitudes que moldarão a forma como os alunos se relacionam com o mundo e com as outras pessoas.

A postura do educador, suas atitudes diárias, suas escolhas de conteúdo e a forma como ele lida com conflitos têm um impacto profundo sobre a forma como os alunos percebem e enfrentam os preconceitos.

Ao longo da trajetória educacional, o educador está em uma posição privilegiada para influenciar positivamente as atitudes dos alunos em relação às diferenças sociais, culturais, raciais, de gênero e de orientação sexual. A sala de aula deve ser, portanto, um ambiente seguro e acolhedor, onde as crianças, jovens e adultos possam aprender não apenas conteúdos pedagógicos, mas também lições de respeito, tolerância e convivência harmoniosa. Através de suas práticas pedagógicas e da forma como conduz as interações, o educador tem o poder de desconstruir estereótipos e preconceitos enraizados, criando um espaço que estimule o respeito à diversidade e o combate à discriminação.

É importante destacar que a formação do educador é um fator crucial para que a educação infantil seja inclusiva. Segundo Mantoan (2003, p. 53), “o educador deve ser um agente ativo na desconstrução dos preconceitos, não apenas nos alunos, mas também em si mesmo”. Esse trabalho de desconstrução passa pela reflexão constante sobre suas próprias práticas pedagógicas e por um compromisso com a inclusão em sua forma mais ampla. O educador não deve apenas adaptar suas atividades para incluir a diversidade, mas também promover uma cultura de respeito e aceitação dentro de toda a instituição escolar, engajando toda a comunidade escolar nesse processo.

Observando esse paradigma escolar, combater aos preconceitos e a promover um ambiente inclusivo são tarefas que competem, em grande parte, ao adulto, que deve ser uma referência para os alunos em termos de respeito, empatia e igualdade.

A educação, mais do que um simples processo de transmissão de conhecimentos, é uma das mais poderosas ferramentas para a transformação social. Como sugere Vygotsky (2008, p. 112), **“a mediação do educador é essencial para garantir que a criança, ao interagir com o outro, desenvolva competências sociais e emocionais que a tornem capaz de lidar com as diferenças de maneira construtiva”**.

O educador, ao lidar com diferentes realidades e perspectivas dentro de seu ambiente de ensino, tem um papel central na construção de valores fundamentais como respeito, empatia e igualdade. Esse papel se torna ainda mais relevante no combate aos preconceitos, que, infelizmente, estão enraizados nas estruturas sociais e podem se manifestar de diversas formas dentro da escola. A sala de aula, enquanto microcosmo da sociedade é um reflexo de uma realidade mais ampla, e cabe ao educador trabalhar ativamente para desconstruir esses preconceitos, promovendo um ambiente inclusivo e acolhedor para todos.

O docente deve ter como missão profissional, a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, e sua atuação é fundamental no combate aos preconceitos. Ao promover um ambiente inclusivo e acolhedor, o educador não só contribui para o desenvolvimento de cidadãos mais conscientes e respeitosos, mas também para a construção de uma sociedade onde as diferenças são celebradas, e não temidas. Como destaca Freire (1996) “a educação é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem”. O educador, ao combater os preconceitos e promover o respeito à diversidade, exerce um papel transformador, moldando o futuro das próximas gerações.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, pois visa compreender e interpretar as dimensões relacionadas ao direito de ser e viver na Educação Infantil, privilegiando a análise dos aspectos subjetivos, culturais e sociais que envolvem o processo educativo. A pesquisa qualitativa é apropriada para esta investigação, uma vez que possibilita a compreensão profunda dos fenômenos educacionais em seus contextos naturais, sem a busca por generalizações quantitativas.

Como procedimento metodológico, adotou-se a pesquisa bibliográfica, por meio da qual foram consultadas obras teóricas, artigos científicos, legislações e documentos oficiais pertinentes ao tema. Essa modalidade de pesquisa foi escolhida pela importância de construir um referencial teórico sólido e atualizado, capaz de embasar a reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e as políticas públicas relacionadas à Educação Infantil.

A seleção do material bibliográfico seguiu critérios de relevância, atualidade e fundamentação teórica, priorizando autores reconhecidos nas áreas da educação, psicologia, direitos da criança, inclusão e diversidade cultural. Destacam-se, entre as principais fontes, obras de Paulo Freire (1996), Newton Duarte (2007), Maria Teresa Mantoan (2003), além da legislação educacional vigente, especialmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

A pesquisa também incluiu a análise documental de políticas públicas e diretrizes que orientam a Educação Infantil no Brasil, permitindo compreender o arcabouço legal e político que sustenta a promoção do direito de ser e viver das crianças em ambientes escolares.

A etapa inicial da pesquisa consistiu na revisão bibliográfica para o levantamento e estudo dos conceitos-chave e debates atuais acerca da infância, dos direitos da criança, da inclusão e da diversidade. Em seguida, foi realizada uma análise crítica das práticas pedagógicas apresentadas nas obras selecionadas, buscando identificar desafios, potencialidades e estratégias para o fortalecimento do direito de ser e viver na Educação Infantil.

Por fim, os dados e reflexões coletados foram organizados e sistematizados para fundamentar as discussões presentes neste trabalho, articulando teoria e prática com o intuito de fornecer subsídios que possam auxiliar educadores, gestores e formuladores de políticas a promoverem uma educação infantil inclusiva, ética e sensível às singularidades das crianças.

Dessa forma, a metodologia adotada oferece um suporte teórico consistente e contribui para o aprofundamento do debate sobre a importância de garantir espaços educativos que respeitem a diversidade e promovam o desenvolvimento integral das crianças, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento de sua individualidade e direitos.

ANÁLISE E RESULTADOS

Na infância, as crianças estão em pleno processo de aprendizagem e desenvolvimento de suas atitudes sociais. Sabe-se que atitudes preconceituosas podem surgir desde cedo, como o uso de palavras ou comportamentos que excluem e discriminam outras pessoas. O educador infantil, nesse contexto, precisa ser uma referência para a criança, mostrando que todas as pessoas são especiais e merecem respeito, independentemente de suas características.

Diante desse contexto educacional, o educador infantil tem um papel de modelo para as crianças, pois elas aprendem muito observando o comportamento dos adultos ao seu redor. Por isso, é fundamental que o educador demonstre atitudes

de respeito e empatia, tratando todas as crianças com carinho e consideração. Isso inclui não apenas a forma como interage com as crianças, mas também a maneira como lida com os conflitos, como escuta e como promove o diálogo.

Ao adotar atitudes inclusivas e de respeito, o educador ensina, na prática, como as crianças devem tratar os outros. A empatia, por exemplo, é uma habilidade que pode ser desenvolvida desde cedo, ajudando as crianças a se colocarem no lugar do outro e compreenderem que cada pessoa é única e tem o seu valor.

Embora o papel do educador seja fundamental na desconstrução de preconceitos, ele enfrenta desafios consideráveis. A sociedade em que vivemos é repleta de desigualdades e estigmas que se refletem também no ambiente escolar. As influências externas, como o contexto familiar e a mídia, podem alimentar ou reforçar atitudes preconceituosas, o que torna o trabalho do educador ainda mais complexo.

Além disso, enfrentamos dificuldades em identificar preconceitos velados ou em lidar com a resistência dos alunos a discutir essas questões. No entanto, como afirma Giddens (2005, p. 39), “os preconceitos não desaparecem espontaneamente; é necessário enfrentá-los de forma estruturada e consciente”. Isso exige do educador uma postura comprometida e uma constante reflexão sobre suas práticas pedagógicas, para garantir que sua atuação seja verdadeiramente inclusiva e respeitosa.

Dentre outros aspectos pedagógicos, organizar suas estratégias e metodologia, o educador deve ser um modelo de comportamento para seus alunos. Suas ações e atitudes em relação às diferenças culturais, raciais, de gênero e outros aspectos devem refletir o compromisso com a promoção da igualdade. Ao agir com respeito e empatia, o educador transmite não só os conteúdos formais da educação, mas também os valores essenciais para a construção de um mundo mais justo.

Apesar da importância do papel do educador no combate aos preconceitos, existem desafios significativos a serem enfrentados. O próprio sistema educacional muitas vezes reflete as desigualdades e os preconceitos presentes na sociedade, e a mudança dessas estruturas não ocorre da noite para o dia. Além disso, muitos educadores podem carecer de formação e apoio para lidar adequadamente com essas questões de forma eficaz, o que demanda uma constante atualização e sensibilização dos profissionais da educação.

Outro obstáculo é o preconceito internalizado que muitos indivíduos possuem. Mesmo educadores bem-intencionados podem reproduzir atitudes preconceituosas inconscientemente. Portanto, é necessário um processo contínuo de autocrítica e capacitação, onde os educadores podem refletir sobre suas próprias práticas e atitudes, buscando sempre melhorar sua atuação.

Na educação infantil, o trabalho de combater preconceitos e promover a inclusão pode ser desafiador, pois as crianças ainda estão em fase de construção de suas ideias e valores. Muitas vezes, elas podem repetir comportamentos preconceituosos sem compreender totalmente o impacto de suas palavras e atitudes. Além disso, as influências externas, como a família e a sociedade, também desempenham um papel importante na formação dessas atitudes.

O educador precisa ter paciência e persistência, trabalhando de forma contínua e lúdica para desconstruir estereótipos e promover um ambiente de respeito. Esse é um processo gradual, mas essencial para o desenvolvimento de cidadãos empáticos e respeitosos.

Promover através de atitudes diárias de respeito, empatia e inclusão, o educador estimula as crianças a desenvolver uma compreensão mais profunda sobre as diferenças e a importância do respeito mútuo. A educação infantil é o momento perfeito para discutir essas vivências, que vão impactar positivamente o futuro das crianças e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária. Com práticas simples, mas poderosas, o educador pode formar uma geração mais consciente e mais aberta, capaz de viver em harmonia com as diferenças, bem como ter contato direto com as diversas formas de ser e viver respeitando a individualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, reafirmamos e salientamos sobre a importância de assegurar, desde os primeiros anos escolares, o direito de ser e viver na Educação Infantil. Este direito, embora garantido legalmente, muitas vezes se perde nas práticas cotidianas marcadas por preconceitos, padronizações e pela ausência de um olhar atento à singularidade de cada criança. As experiências vividas na infância deixam marcas profundas na constituição da subjetividade e na forma como a criança se compreende e se posiciona no mundo. Por isso, é essencial que o ambiente educativo seja um espaço que acolha, escute e valorize a criança como sujeita de direitos, pleno em sua potência criativa, afetiva e social.

A escola, nesse contexto, deve atuar como espaço de transformação social. Não se trata apenas de transmitir conteúdos, mas de formar cidadãos conscientes, sensíveis e comprometidos com valores éticos. Combater o preconceito, em suas mais variadas formas — étnico-racial, de gênero, religioso, socioeconômico, entre outros — é uma tarefa que exige coragem, compromisso e, sobretudo, ação intencional. O silêncio diante de atitudes discriminatórias é, muitas vezes, uma forma de conivência. Por isso, é preciso que educadores estejam preparados para identificar e intervir de maneira respeitosa, educativa e reflexiva em situações de exclusão.

Preservar a individualidade das crianças é outro aspecto fundamental abordado neste trabalho. Cada criança carrega consigo um universo de saberes, vivências e sentimentos que precisam ser reconhecidos e respeitados. A tentativa de uniformizar comportamentos e reações compromete não apenas a autoestima e a autonomia infantil, mas também a riqueza da diversidade humana. Permitir que a criança seja quem ela é, com suas particularidades, é uma forma de fortalecer sua identidade e favorecer o desenvolvimento integral.

A construção de valores morais e éticos na infância não se dá por imposição, mas por vivência. Quando as crianças convivem em ambientes onde há respeito mútuo, empatia, solidariedade e justiça, elas naturalmente incorporam esses valores como referências para suas próprias ações.

Além disso, é fundamental destacar o papel do educador como mediador desse processo. Um educador sensível, ético e comprometido com os direitos das crianças é capaz de transformar o espaço escolar em um ambiente de cuidado, aprendizagem significativa e desenvolvimento humano. Para isso, é necessário investimento em formação continuada, em espaços de escuta para os próprios profissionais e em políticas públicas que garantam condições adequadas de trabalho e acolhimento nas instituições de Educação Infantil.

A valorização do direito de ser e viver implica em criar ambientes educativos que respeitem os tempos, ritmos e formas de expressão de cada criança, reconhecendo que cada uma carrega em si uma bagagem cultural, afetiva e subjetiva única. A promoção de práticas pedagógicas que acolham essa diversidade fortalece a construção de vínculos saudáveis e contribui para o desenvolvimento integral, tanto do ponto de vista emocional quanto cognitivo.

Portanto, ao reconhecer e garantir o direito de ser e viver na Educação Infantil, damos um passo decisivo para a formação de uma sociedade mais justa, onde a pluralidade não seja motivo de exclusão, mas sim uma oportunidade de aprendizado e crescimento coletivo. É pela infância, com suas potências e possibilidades, que podemos semear os valores que desejamos ver florescer no futuro.

Por fim, reafirmamos que garantir o direito de ser e viver na Educação Infantil é um passo essencial para a construção de uma sociedade mais justa, humana e democrática. É na infância que se plantam as sementes do respeito, da solidariedade e da ética. E cabe à escola, em parceria com as famílias e com a comunidade, cultivar essas sementes com cuidado, escuta, intencionalidade e afeto. Quando valorizamos a diversidade, combatemos o preconceito e reconhecemos a individualidade de cada criança, estamos contribuindo ativamente para um convívio igualitário e respeitoso — um ambiente e ou espaço educacional onde todas as vidas, culturas e individualidades, sejam realmente inclusivas e que priorize a construção dos valores de modo ético e valores morais para uma inclusão harmônica.

Diante de tudo o que foi refletido ao longo deste estudo, podemos afirmar que o problema proposto foi respondido de forma clara, pois foi possível compreender, em profundidade, a importância de garantir o direito de ser e viver na Educação Infantil, reconhecendo a criança como sujeito único e pleno de potencialidades. Os objetivos traçados também foram alcançados, já que a investigação permitiu trazer à tona os desafios e possibilidades que permeiam o cotidiano escolar, reforçando o papel essencial dos educadores, das famílias e da comunidade na construção de práticas pedagógicas mais acolhedoras e inclusivas. Espera-se que este trabalho possa contribuir para inspirar novas ações, capazes de transformar a escola em um espaço onde a diversidade seja verdadeiramente celebrada, onde cada criança se sinta vista, ouvida e respeitada, e onde se semeiem valores de justiça, solidariedade e empatia que ecoem por toda a vida.

REFERÊNCIAS

AGUDO, Maria de Medeiros. ***Pedagogia histórico-crítica: legado e perspectivas***. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1996.

DUARTE, Newton. ***Crítica à aprendizagem: contribuições para a teoria histórico-cultural da educação escolar***. 2.ed. Campinas, SP: autores associados 2007.

FREIRE, Paulo. ***Educação como prática da liberdade***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
_____. ***Pedagogia do oprimido***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. ***Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa***. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIDDENS, Anthony. ***Sociologia***. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. ***Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?*** São Paulo: Moderna, 2003.

MONTESSORI, Maria. ***A criança: sua natureza e sua educação***. São Paulo: Editora Vera Cruz, 2004.

NASCIMENTO, Antonio. ***Educação e desigualdade social***. Rio de Janeiro: Editora Z, 2007.

RIOS, Kátia Regina. *Práticas educativas inclusivas: novos olhares sobre a diversidade na educação infantil*. Editora Cortez, 2023.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2014.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.